

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 68, de 2012 (Mensagem nº 366, de 15 de agosto 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh.

RELATOR: Senador PAULO BAUER

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh.

A Constituição Federal (CF) atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da Senhora Ministra de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério de origem.

Consta no documento que a Ministra Wanja C. da Nóbrega cursou Relações Internacionais na Universidade de Brasília e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, por concurso havido no ano de 1983. É pós-graduada em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Camberra, e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Rio Branco, a tese “O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação”.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira-Secretária, em 1984, tendo sido, promovida a Segunda-Secretária em 1989 e, seguidamente e sempre por merecimento, promovida até a atual situação de Ministra de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 2007.

Entre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão da Ásia e Oceania II (1985); a assessoria do Departamento de Serviço Exterior (1994); a gerência do Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e MERCOSUL (SGT-6) (2001); a assessoria do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (2002); a subchefia da Divisão de Feiras e Turismo (2004) e a chefia da Divisão de Informação Comercial (2004).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paramaribo (1987), Paris (1989), Argel (1992), Roma (1994), Cidade do Cabo (1996) e Washington (1997).

Integrou, ainda, como Chefe de delegação, as missões brasileiras na XX e XXI Reunião do Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente do MERCOSUL (SGT-6), em Montevideu e Buenos Aires, respectivamente, nos anos de 2001 e 2002; o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, Paris, França (2004); a XXVIII e XXX Sessão da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM), Rio de Janeiro e

Assunção, Chefe de Delegação (2004 e 2005); o Encontro Empresarial MERCOSUL/SICA/CARICOM, Cidade do Panamá (2005); a Feira Internacional de Tecnologia, Informação, Telecomunicação, *Software* e Serviços (CEBIT), Hannover (2005); o Seminário Programa de Substituição Competitiva de Importação: Uma Nova Política de Estímulo ao Comércio na América do Sul, Assunção (2005); a Feira de Comida e Bebida Étnica, Toronto; e o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas (SIAL), Montreal (2007, 2009 e 2010).

Em reconhecimento a excelência dos serviços que prestou, foram-lhe laureadas as comendas Medalha do Mérito da Aeronáutica Santos Dumont, Brasil, grau de Oficial (2000); e a Medalha do Exército Pacificador Duque de Caxias, Brasil, grau de Oficial (2001).

O país para o qual a Ministra de Carreira é indicada para assumir a função de Embaixadora é uma república parlamentarista de maioria islâmica, com PIB nominal de US\$ 108,1 bilhões e PIB *per capita* nominal de US\$ 648, estando na 146^a posição no mundo em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano. É, portanto, incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo. Mantém com o Brasil um fluxo comercial da ordem de US\$ 1.034 milhões de dólares.

As relações bilaterais foram inauguradas em 1972, tendo sido a representação brasileira no país aberta em 1974 e fechada, por motivos orçamentários, em 1998. Em 2010, ela foi reaberta. O relatório não dá notícias se a representação brasileira em Bangladesh foi exercida, nesse ínterim, cumulativamente, pelo chefe da missão diplomática brasileira de algum Estado vizinho. Informa, todavia, que naquele ano a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão ao país com o fito de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para o estudo de viabilidade de implementação de empreendimentos semelhantes no Brasil. Naquela oportunidade, a missão brasileira teria visitado projetos de criação de animais a tecelagem e o projeto-piloto para o fornecimento de água potável a habitantes da região. No ano passado, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 mil toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar, ampliando-a para até 710 toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh. O país faz

parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília em 2011.

Como áreas potenciais de cooperação bilateral, destacam-se o estudo de medidas de mitigação de desastres naturais, a pesquisa agrícola, o setor de energia (em especial, o gás natural) e a construção civil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator